

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod J3D 00055



DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
MUSEU NACIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
QUINTA DA BOA VISTA S/N. SÃO CRISTOVÃO. CEP 20940-040
RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1999

Ilma. Sra. Heloisa Vilhena de Araujo
Chefe da Assessoria Internacional
Ministério da Educação e do Desporto

Fax: 061- 2257237

Prezada Senhora,

Venho por meio desta encaminhar o parecer solicitado sobre o Summer Institute of Linguistics. Lamento o atraso em responder ao pedido, devido às inúmeras tarefas docentes e administrativas, bem como de pesquisa e assessoria que ocupam praticamente todo o meu tempo de trabalho. Espero que o presente parecer possa auxiliar e fundamentar as decisões do MEC a respeito da questão.

Coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos se façam necessários.

Atenciosamente



Prof. Dra. Bruna Franchetto

20 07 1999
márcia

Parecer sobre o Summer Institute of Linguistics

Profa. Dra. **Bruna Franchetto**

Chefe do Departamento de Antropologia/Museu Nacional/UFRJ
Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Social/MN/UFRJ

Pesquisador I do CNPq

Membro do Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena/MEC

Solicitada a elaborar um parecer sobre o Summer Institute of Linguistics, devo começar a dizer que esta instituição, que hoje se define como sendo uma Organização Não Governamental, se apresenta falsamente como dedicada ao ensino nos meios indígenas no Brasil. Trata-se de uma instituição poderosa, com vinculações internacionais suspeitas, cujos objetivos são em primeiro lugar de natureza missionária, evangelizadora, sendo que a pesquisa lingüística e a condução de projetos de educação bilíngüe existem em função da atividade missionária, uma atividade que tem se mostrado, em todos os lugares em que se realizou, pernicioso para a preservação cultural e a autonomia dos povos indígenas.

No que concerne a produção científica sobre línguas indígenas o SIL manteve até vinte anos atrás um papel de destaque, pelas razões que apresento sucintamente a seguir. A produção científica do SIL se caracteriza por picos qualitativos, graças à presença de linguistas de renome em suas fileiras, e por uma quantidade de trabalhos de dúbia qualidade científica de autoria de missionários treinados pelos linguistas do próprio SIL. No que concerne a atuação educacional, o SIL é responsável por um primeiro período de estrita colaboração com os governos autoritários e militares, em que funcionou como veículo privilegiado para a integração forçada das populações indígenas. Posteriormente, o SIL deixou marcas negativas das quais procuramos até hoje nos livrar: o bilingüismo de transição; a redução à escrita de línguas de tradição oral sem a participação ativa dos falantes nativos e sem qualquer reflexão crítica ou antropológica sobre as consequências da

ortografização dessas línguas; o surgimento da chamada “literatura indígena” onde o acervo das tradições orais indígenas é reduzido a pequenos textos empobrecidos e infantilizados.

É inegável a presença determinante no Brasil do Summer Institute of Linguistics (SIL), hoje re-batizado de Sociedade Internacional de Linguística. Convidado por Darcy Ribeiro em 1956, o SIL se instalou no País, contando com o respaldo acadêmico, através de sucessivos convênios com instituições oficiais brasileiras, acadêmicas e não. Estabeleceu-se em suas sedes ricas e eficientes (Brasília, Porto Velho, Belém, Cuiabá) e monopolizou durante décadas a pesquisa, a formação e a assistência educacional a grupos indígenas. Produziu e acumulou conhecimentos científicos sobre as línguas, sem dúvida, ao mesmo tempo tentou evangelizar e interferiu desastrosamente nas culturas nativas. Esse gênero de missões se caracteriza por um curioso binômio: preservar a diversidade lingüística, através da redução à escrita e da alfabetização, e aniquilar a diversidade cultural. Os últimos anos da década de setenta viram a explosão de sucessivas crises no relacionamento do SIL com as instituições oficiais e o rompimento com as Universidades e a FUNAI. Hoje continua no País, ativo mas silencioso, tentando uma nova investida através do mundo acadêmico, como é o caso da colaboração, não explícita mas intensa, com o Projeto Línguas Amazônicas sediado na UNIR, Campus de Guajará-Mirim (Rondônia), projeto que produziu em 1996 o Núcleo de Estudos das Línguas Amazônicas (NELA) e a Pós-Graduação em Linguística Indígena, mas que fracassou logo em seguida por problemas graves de ordem institucional, tendo perdido o apoio da comunidade acadêmica e das agências de fomento brasileiras.

Segundo cálculos de Moore e Storto (1991), em 1967 existiam 300 membros do SIL trabalhando sobre 40 línguas; o número de línguas diminuiu para 39 em 1984 e para 34 em 1991. Hoje são 37 (Apalaí, Apinayé, Apurinã, Arara do Pará, Bakairi, Bororo, Deni, Jarawara, Kaapor, Kaiwá, Kadiweu, Karajá, Karitiana, Kayabi, Kayapó, Maku Nadeb, Mawé Sateré, Maxakali, Nambikwara, Banawá, Pareci, Paumari, Pirahã, Rikbaktsa, Suruí de Rodônia, Suruí do Pará, Tenetehara, Tenharim, Terena, Wayãpi, Waurá, Xavante, Xokleng, Yanomami, Yamamadi, Zuruahá, Wari'). 33 dessas línguas são faladas na Amazônia. Destaca-se o projeto comparativo que abrange as línguas Arawá, em andamento em Rondônia.

O SIL lidera em número de publicações, sobretudo de descrições gramaticais exaustivas, como as que compõem os tres volumes do Handbook of Amazonian Languages e a recentíssima gramática Wari' (Txapakúra).

No início dos anos oitenta o SIL deu à luz a um filho brasileiro, a Associação Lingüística Missionária (ALEM) que tem aumentado paulatinamente suas atividades e sua inserção no campo de pesquisa. A ALEM lançou recentemente uma investida nas regiões do noroeste amazônico e do médio rio Xingu. Ora passando-se por cientistas, através do encaminhamento de projetos ao CNPq, ora ligando-se às Secretarias Municipais de Educação ou à própria FUNAI, os missionários da ALEM revelam planos para o futuro, o que compensaria o relativo declínio das atividades do SIL.

Membros da constelação evangélica junto com o SIL, a Unevangelized Field Mission, que mantém a Missão Evangélica da Amazônia (MEVA), e a Missão Novas Tribos atuam principalmente em áreas de fronteira. Não ouve-se falar atualmente da Missão Central do Brasil (MICEB).

O SIL não é mais hoje o locus privilegiado para a formação de pesquisadores. Houve mudanças na inserção do SIL no Brasil, crises sucessivas e uma espécie de recuo para certos bastidores e para posições localizadas. Ao mesmo tempo, e significativamente, houve um inegável avanço das pesquisas brasileiras e sobretudo não-missionárias. O SIL continua a prestar serviços para a formação dos membros missionários (em cursos internos, não mais abertos) e na assessoria às suas pesquisas. O SIL não promove mais Cursos em Metodologia Linguística, mas sim, explicitamente, Cursos de Linguística e Missiologia.

As missões evangélicas (SIL, NT, MEVA, ALEM, JOCUM) se servem de cursos oferecidos pelo SIL desde, pelo menos, 20 anos. Tais cursos, pioneiros e modelares no gênero, foram frequentados em suas primeiras edições também por pesquisadores brasileiros não-missionários. Lembro que a formação via SIL foi uma constante até uns dez anos atrás, já que até então se manteve sua hegemonia sobre a formação, pesquisa e assessoria, com respaldo oficial de universidades e governo (FUNAI). A partir dos anos oitenta, contudo, se iniciou um franco desenvolvimento dos estudos lingüísticos sobre línguas indígenas por parte de pesquisadores brasileiros e não-brasileiros sem alguma ligação comissões. Hoje o campo acadêmico e investigativo prescinde de qualquer

contribuição do SIL e a tarefa de orientadores, universidades e centros de pesquisa é a ampliação e a melhoria do campo e a formação de pesquisadores não-missionários.

No campo da educação escolar para povos indígenas, também, hoje, prescindimos da atuação do SIL. Proliferam no Brasil projetos e experiências laicos, críticos, que visam um diálogo cuidadoso com as demandas dos índios e, sobretudo, seus direitos a trilhar caminhos rumo à auto-determinação. O trabalho realizado no MEC e através do MEC, graças à Coordenadoria de Apoio às Escolas Indígenas com o Comitê de Apoio à Educação Escolar Indígena, é um exemplo disso.

Inexistentes nos cursos de formação universitária, as línguas indígenas brasileiras foram acolhidas inicialmente, nos anos sessenta, num laboratório de pesquisa na Divisão de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dois foram os protagonistas em destaque dessa entrada institucional das línguas indígenas.

De um lado, o Prof. J. Mattoso Câmara Jr. se propunha a dirigir para essa área os conhecimentos acumulados pela lingüística moderna e realizar uma forma de integração com a Antropologia, nos moldes da tradição norte-americana, impulsionando a pesquisa científica das línguas indígenas brasileiras ainda desconhecidas.

Embora os objetivos do Setor fossem bastante amplos - compreendendo desde a iniciação à teoria lingüística até o preparo técnico do pesquisador para o trabalho de campo -, a Lingüística se definiu como um saber auxiliar, aplicado, como conjunto de técnicas que ajudariam o antropólogo no seu contato com os índios. Não aconteceu a integração modelar entre as disciplinas; a Lingüística não se impôs como parte da formação antropológica, além do valor de utensílio eventual, e a Antropologia foi excluída da formação de lingüístas por não ter relação com o discurso cientificamente exato da lingüística moderna. Por outro lado, foi nessa fase de instalação do Setor de Lingüística do Museu Nacional que se consolidou um dos aspectos mais característicos da ideologia do saber e do fazer da Lingüística indígena. Explicitava-se no Programa do Setor (1965) a preocupação em documentar o "patrimônio nacional" representado pelas línguas indígenas do País,

ameaçadas de desaparecer com os povos que as falam. Isso fazia do trabalho lingüista uma missão urgente para o tombamento de uma riqueza em via de aniquilamento.

O outro protagonista da institucionalização da pesquisa sobre línguas indígenas contribuiu para a consolidação desse quadro, imprimindo definições, teorias e metodologia, e, afinal, impondo um quase monopólio que acabou sendo uma das determinantes do difícil crescimento da lingüística indígena no Brasil. O Summer Institute of Linguistics (SIL), uma missão evangélica fundamentalista norte-americana com uma identidade científica de instituição de pesquisa, veio oferecer sua ajuda na realização de uma tarefa tão ampla, o estudo de mais de uma centena de línguas indígenas por um reduzidíssimo número de pesquisadores brasileiros.

Fundado em 1935 por William Cameron Townsend, precursor das técnicas lingüísticas para penetração religiosa, o SIL tem o objetivo de levar a todos os povos não cristãos “a palavra de Deus” traduzida em cada idioma. A pesquisa lingüística constituiu basicamente o pressuposto da tradução e da evangelização. O respaldo acadêmico do SIL começou a existir em 1942, quando Kenneth Pike, o “pai” da teoria tagmêmica, iniciou os chamados cursos de verão na Universidade de Oklahoma para o treinamento lingüístico de missionários prestes a trabalhar em áreas indígenas. No mesmo ano surgiu a Wycliffe Bible Translators, contra-parte explicitamente religiosa do SIL e agência arrecadação de fundos e financiamentos. A partir dos anos quarenta o SIL se instalou em muitos países do Terceiro Mundo, quase sempre valendo-se das ligações oficiais com órgãos indigenistas governamentais e instituições acadêmicas.

Frequentemente criticado pelas suas atividades catequisadoras e vinculações políticas pouco claras, o SIL sempre precisou de reconhecimento acadêmico como garantia de sua permanência e aval de sua face científica. Isso tornou-o, também, um centro onde convergem e se formam lingüistas de fama internacional, de qualquer maneira identificados com a ideologia e as finalidades da instituição.

O convênio com o Museu Nacional se deu exatamente moldes de uma troca; o Museu se constituía como referência institucional e o SIL oferecia muitas coisas para poder levar adiante em paz seu trabalho de cristianização: pesquisadores qualificados, equipes treinadas, meios de transporte, de comunicação e de impressão.

A presença do SIL marcou os primeiros anos da vida do Setor de Linguística, ministrando cursos, transmitindo sua metodologia, dando as bases da tagmêmica para a descrição linguística e de técnicas para o trabalho de campo. Do acordo firmado entre as duas instituições resultava uma divisão de tarefas; ao Setor era atribuída a organização de bibliografias e de material e a promoção de classificações, ao SIL a responsabilidade de formar pesquisadores e conduzir a investigação linguística desde as descrições preliminares até estudos de texto e etnolingüísticos.

O convênio durou até 1977, quando foi rompido em decorrência não apenas de uma avaliação do desempenho científico do SIL, mas como reflexo de uma crise maior entre a missão norte-americana o Governo brasileiro e de uma postura crítica com relação às atividades religiosas e ao envolvimento do SIL no indigenismo assimilacionista. As relações oficiais se recompuseram e a Universidade de Campinas passou a funcionar como respaldo acadêmico até 1983, ano em que uma nova crise, novas denúncias e uma campanha de opinião contrária ao SIL voltaram a ameaçar a continuação de seu trabalho no Brasil.

Remeto ao exame do debate publicado na revista *Religião e Sociedade* 7, 1981 (pp.59-73), resultado do processo de avaliação do SIL por parte de antropólogos e lingüistas de primeiro nível (Yonne Leite, hoje presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Roberto Cardoso de Oliveira, um dos fundadores da antropologia moderna no Brasil, e Anthony Seeger, etnólogo responsável pela formação dos melhores pesquisadores brasileiros hoje atuantes). A publicação contém os documentos finais dos avaliadores que levaram à denúncia do convênio entre Museu Nacional e SIL. Encontra-se também um histórico do SIL na América Central e Sul, extremamente ilustrativo das estratégias utilizadas por esta missão para instalar-se nos países em que atuou ou continua a atuar (um deste últimos é o Brasil).

Os cursos do SIL de “introdução à metodologia lingüística”, realizados na sede de Brasília, funcionaram como ponto de referência e a iniciação de uma primeira geração de pesquisadores e o SIL manteve o privilégio do **know how** nesse campo, fortalecendo-o com a proteção oficial da FUNAI e o controle sobre os chamados programas de educação bilíngüe e bicultural para as populações indígenas. Com esses programas ele testa os

resultados da pesquisa lingüística, presta assistência - responsabilidade que o Estado lhe entregou por confiar numa colaboração eficaz para a política de integração - e, ao mesmo tempo, os utiliza como canal de atuação ideológica e religiosa. A estrutura dos cursos fazia com que neles se ensinasse não apenas técnicas de transcrição, segmentação e organização de dados obtidos em situações de coletas criadas artificialmente em laboratório com informantes indígenas trazidos até a sede, mas estratégias de entrada em campo, táticas sobre como “fazer amizade” com os nativos, ganhar sua confiança, se estabelecer nas aldeias, acompanhar pessoas e eventos, criar, em suma, condições ótimas para a pesquisa e a aceitação por parte dos índios.

A influência do SIL se imprimiu profundamente no saber e no fazer da pesquisa lingüística voltada aos grupos indígenas. Presente em cerca de cinquenta grupos, tornou-se a fonte principal de dados e análises; o Setor de Lingüística do Museu Nacional recebeu para seu arquivo quase toda a produção do SIL, constituindo a base de outras investigações. Há anos, todavia, o SIL interrompeu os contatos com o Museu Nacional, não enviando mais materiais lingüísticos e, muito menos, de natureza educacional. De outro lado, a necessidade missionária da presença entre os índios apresentava a pesquisa de campo como indispensável, uma pesquisa de tempos longos finalizada à aprendizagem da língua indígena e à realização de todas as etapas da tradução bíblica. Isso significa que hoje essa necessidade se mantém e o SIL utiliza qualquer meio ou estratégia para ter acesso às áreas indígenas, sobretudo tentando periodicamente reatar os laços com instituições brasileiras oferecendo seus serviços para a educação escolar indígena. Trata-se de estratégias, repito, finalizadas à continuidade do trabalho missionário evangelizador e assimilacionista.

Ouvir dos índios as palavras “ele fala nossa língua, é dos nossos” representaria o coroamento do moderno trabalho missionário. Como diz um dos sistematizadores da teoria e da ideologia summerianas, o catequisador deve ser capaz de conversar sobre os aspectos mais íntimos das crenças de seu rebanho, para conseguir convencê-lo a aceitar princípios que conflitam com sua história e de sua cultura (Nida, 1957: 8):

Language learning is more than simple mechanical ability to produce acoustic signals so as to buym sale, and find our way about; it is a process by wich we make vital

contacts with a new community, a new manner of life, and a new system of thinking. To do this well is the basic requirement of effective missionary endeavor.

De todo modo o Summer inaugurava apenas uma nova articulação, moderna, entre a Lingüística indígena e o espírito missionário. As raízes da Lingüística histórica e comparativa, que dominou os estudos inspirados pela tupinologia, vinham do trabalho missionário organizado no século XVI, apoiado pelo desenvolvimento da palavra escrita e o treinamento dos agentes catequizadores. O apelo para a necessidade de aprender os idiomas dos povos em via de serem colonizados é antigo e paralelo ao esforço educativo dos missionários católicos através do ensino das línguas dos colonizadores. Uma das consequências de tal embricação foi a associação, ainda existente, entre a competência do lingüista especializado em língua indígena e a figura do alfabetizador ou do assessor de projetos educacionais. O saber e sua aplicação prática vem a formar uma identidade específica.

Essa concepção de trabalho de campo se tornou o protótipo da Lingüística indígena e passou a identificá-la como área peculiar e distinta dos outros ramos da Lingüística dedicada ao desenvolvimento teórico e à pesquisa de laboratório e reconhecida nas instituições universitárias. A concretização desse tipo de trabalho de campo - deslocamentos difíceis para lugares isolados, o preparo para a experiência de contato com um outro universo - se revelou, todavia, um objetivo inalcançável para muitos dos pesquisadores brasileiros não missionários. Escassez de recursos, limitada disponibilidade de tempo a ser dedicado às viagens de pesquisa, falta de infraestrutura de apoio e o obstáculo da burocracia e da desconfiança do órgão indigenista governamental no controle da concessão de autorizações para a entrada em áreas indígenas, tornavam essas metas de difícil alcance. Com isso, o SIL manteve seu monopólio de pesquisa, apoiado numa estrutura material e logística autônoma.

Rompido o convênio com o Summer, o Setor de Lingüística do Museu Nacional se encaminhou para uma existência própria, buscando linhas de investigação mais abertas e uma atualização teórica promovendo seminários, enriquecendo o acesso à bibliografia lingüística e acolhendo novos pesquisadores. Tudo isso aconteceu apesar do isolamento como centro de pesquisa no contexto universitário, do crescimento vegetativo dos quadros

científicos e das dificuldades acima mencionadas para a realização do trabalho em campo. Outros núcleos de pesquisa surgiram: no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas, na Universidade de Pernambuco, no Departamento de Antropologia do Museu Goeldi em Belém, na Universidade de Brasília, entre outros. A partir da última crise enfrentada pelo SIL nas suas relações institucionais e na manutenção de sua dupla identidade de produtor de conhecimentos científicos e de missão de conversão, se iniciou um discussão sobre o papel dos centros de pesquisa lingüística no Brasil, sua precária sobrevivência e multiplicação e sobre as possibilidades deles se tornarem um substituto do SIL. Esse debate produziu documentos, cartas de intenções e atravessou reuniões e congressos. Menciono tão somente a reunião do Grupo de Trabalho “Política de pesquisa sobre línguas indígenas e as Missões de Fé”, por mim coordenado, na XV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Curitiba, 23-26 de março de 1986; o seminário “Atuação de Missão Religiosas em Área Indígena”, no MARI/USP, São Paulo, 19 de outubro de 1996.

Para uma crítica contundente e fundamentada das atividades do SIL, convido, também, à leitura do artigo de Maria Candida Drummond Mendes Barros, “Educação bilíngüe, lingüística e missionários”, publicado em um órgão do próprio MEC, a revista *Em Aberto*, v. 13, n. 63, jul/set. 1994, número especial dedicado à educação escolar indígena. A autora, pesquisadora do Museu Paraense Emilio Goeldi, dedica-se á investigação da chamada “lingüística missionária” do SIL, tendo sido este o tema de sua tese de doutorado em antropologia (“Lingüística Missionária: o Summer Institute of Linguistics”. Unicamp, 1993) e de vários artigos no Brasil e no exterior.

HORÁRIO DE DISCIPLINAS - 2º SEMESTRE DE 1999 - Início das Aulas: 09 de agosto

DIAS/ HORÁRIOS	SEGUNDA- FEIRA	TERÇA- FEIRA	QUARTA- FEIRA	QUINTA- FEIRA	SEXTA- FEIRA
MANHÃ 9.00 às 12.00 h		MNA-742/842 Lingüística Antropológica (L) e/ou MNA-749/849 Etnografia da Fala (L) Prof. Bruna Franchetto ***** MNA-727/827 Relações Interétnicas (ET) Prof. Giralda Seyferth	MNA-701/801 Problemas de Antropologia Comparada (AS) (e/ou) MNA-705/805 Antropologia das Sociedades Complexas (AS) Prof. Gilberto Velho	Reuniões Seminários Conferências e Palestras	MNA-707 Teoria Antropológica II (AS) e/ou MNA-732 Análise Sociológica (S) Prof. Marcio Goldman
TARDE 14.00 às 17.00 h	MNA-738/838 Sociologia da Produção Intelectual (S) e/ou MNA-713/813 Antropologias Especiais (AS) Prof. Otávio Velho	MNA-750-850 Tópicos em Antropologia Social (AS) e/ou MNA-733-833 Sociologia do Desenvolvimento (Antropologia do Desenvolvimento do Meio Ambiente) Prof. José Sergio Leite Lopes ***** MNA-723/823 Dimensões do Conhecimento Etnológico e/ou MNA-726-826 Problemas de Análise Etnológica (leitura) Prof. Carlos Fausto (Sala de Reuniões)	MNA-704/804 Sociedades Camponesas (AS) Profs. Giralda Seyferth e Beatriz Heredia	MNA-820 Seminário de Doutorado em Antropologia Social (AS) Prof. Aparecida Vilaça	MNA-724/824 Indigenismo na América Latina (ET) e/ou MNA-725/825 Etnologia dos Índios Sul-Americanos (ET) (leitura) Profs. Antonio Carlos de Souza Lima e João Pacheco de Oliveira

700= MESTRADO

800= DOUTORADO